

## EDITORIAL

A participação social no Brasil está em um ponto de inflexão, onde o aprendizado do passado pode orientar a construção do futuro nas escolhas do presente. Após décadas de tentativas para institucionalizar práticas participativas na gestão de políticas públicas, o país enfrentou tendências para desinstitucionalização de tais práticas, em particular, pelo desmonte de arranjos institucionais, que foi acompanhado de resistências nos campos burocrático e social. Esse cenário instável exige uma análise crítica e prospectiva para entender como a participação social pode evoluir e se fortalecer no cotidiano.

A história recente do Brasil revela uma dissonância entre a aparência de participação democrática e a real capacidade de influência dessas instâncias participativas sobre as decisões políticas, especialmente em áreas pouco permeáveis à sociedade. Essa desconexão tem gerado indiferença, desencanto e frustração entre participantes, minando a confiança nas instituições democráticas e enfraquecendo o engajamento cívico. A percepção de que a participação social não resulta em mudanças concretas é um obstáculo significativo para a revitalização de processos participativos na gestão pública.

O atual Governo Federal sinaliza esforços para a reconstrução da arquitetura de participação em novo desenho, com a recomposição de conselhos, a ênfase na interação digital, a promoção da educação popular e a implementação de Assessorias de Participação Social e Diversidade em gabinetes ministeriais. Essas iniciativas representam uma oportunidade para revitalizar desenhos institucionais de participação social, integrando práticas inovadoras e tecnologias emergentes para ampliar o alcance e a eficácia das práticas.

As iniciativas de Governo Aberto oferecem um caminho para aumentar a transparência, a *accountability* e a inclusão social. A disponibilização de dados públicos de forma acessível e a promoção da consulta e deliberação em plataformas digitais podem transformar a relação entre Estado e sociedade, fortalecendo a ação cidadã e a governança democrática. No entanto, é essencial enfrentar desafios como a desigualdade de acesso às tecnologias digitais e a necessidade de capacitação contínua, para garantir que essas iniciativas alcancem seu pleno potencial.

O desafio agora é mostrar a relevância das instituições participativas para além da reafirmação de um projeto político específico, demonstrando sua capacidade de melhorar a qualidade dos serviços públicos e incorporar sugestões da população. Por isso, os mecanismos de participação na gestão precisam ser abertos e inclusivos, permitindo a participação de indivíduos e coletivos não necessariamente especializados, mas diretamente afetados pelas políticas.

O desafio que o presente e o futuro impõem ao governo é criar estratégias viáveis para conversar com quem pensa diferente. Escutar para compreender as necessidades pode desarmar embates exacerbados e ampliar o envolvimento da sociedade na gestão pública. É necessário prestar atenção às maneiras em que a sociedade está se organizando e buscar formas de comunicação Estado-sociedade que compreendam essas novas dinâmicas de sociabilidade – por exemplo, na internet ou nos coletivos, ou nas comunidades religiosas periféricas. Do ponto de vista das dinâmicas estatais, envolver os servidores públicos em processos participativos, sensibilizando-os para a incorporação da participação na sua atuação cotidiana é uma das estratégias a fim de garantir que a participação social seja um valor de Estado e não apenas de governo. A integração consistente de instituições participativas e o envolvimento de indivíduos desassociados e associados em novos formatos de organização social e política são fundamentais para traçar um novo itinerário de participação democrática. O aprendizado do passado deve guiar essas estratégias, permitindo que a participação social se torne uma realidade efetiva na construção de um futuro mais democrático.

A fim de contribuir para essa reflexão, esta edição especial da Revista do Serviço Público (RSP), ***Participação Social: Lições do Passado para Pensar o Futuro***, oferece, para a comunidade científica, de praticantes e para sociedade, análises teórico-empíricas muito ricas, com vistas a repensar práticas anteriores e construir novas estratégias de promoção da participação aderentes aos desafios do contexto atual brasileiro.

O primeiro artigo desta edição, ***¿Qué se espera que los ciudadanos controlen en una democracia?***, de Adrian Gurza Lavalle e Ernesto Isunza Vera, aborda quatro argumentos gerais sobre o que os cidadãos devem controlar em uma democracia, analisando a relação entre democracia, representação, participação e controle. Esses argumentos incluem controle como veredicto popular, conexão substantiva entre representantes e representados, soberania popular efetiva e processos decisórios inclusivos. O estudo destaca a importância do controle sobre as funções do Estado e propõe a participação como forma de controle social, especialmente relevante no contexto latino-americano e brasileiro.

O segundo artigo, ***Entre o passado e o futuro: a disputa em torno da participação***, de Leonardo Avritzer e Priscila Zanandrez, aborda as oscilações democráticas no Brasil que impactaram a participação social. O estudo analisa três momentos: a democratização pós-Constituição de 1988, o período de desinstitucionalização iniciado com o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e a reorganização da participação social pelo presidente Lula em 2023. A partir de estudos de casos, o artigo ancora-se na análise da relação entre *politics* e *policy*, indicando uma dinâmica complexa de expansão, retração e reorganização da participação social, que se reflete nas mudanças no cenário político brasileiro.

O terceiro artigo, ***Entre dinâmicas digitais e presenciais: os desafios da participação social na formulação do Plano Plurianual 2024-2027***, de Diego Menezes, Felipe Bezerra e

Matheus Baccarin, analisa a participação social no Plano Plurianual 2024-2027, destacando a contribuição da sociedade civil por meio da Plataforma Brasil Participativo, de 27 plenárias estaduais e do Fórum Interconselhos. A pesquisa, baseada em análise documental e observação participante, revela ampla participação e diversidade temática, apesar de desafios como a mobilização setorial e limitações na participação digital.

O quarto artigo, **Colaboração multissetorial para desenvolvimento e manutenção de soluções tecnológicas de participação: o caso do Brasil Participativo**, de Carla Aguiar, Isaque Alves, Leonardo Gomes, Bruna Pinos, Laila Bellix e Henrique Parra, explora os desafios na formulação de políticas de participação digital, analisando a colaboração multissetorial no desenvolvimento de ferramentas digitais. Focado na Plataforma Brasil Participativo, o estudo observacional destaca a participação ativa dos autores na construção da plataforma, que engajou mais de 1,4 milhão de pessoas e gerou 8.254 propostas em 2 meses. A análise mapeia o arranjo multissetorial em quatro facetas: governança, tecnologia, comunidade e recursos, propondo um modelo replicável para outros projetos digitais do governo.

O quinto artigo, **Do insulamento burocrático à interação com a sociedade: o Itamaraty na Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (2014)**, de Diogo Ives, aborda a abertura do Ministério de Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty) à interação social pós-redemocratização, analisando seu envolvimento na I Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar), de 2014. O artigo destaca a sintonia entre as demandas sociais da conferência e o conteúdo da Lei de Migração, aprovada em 2017, concluindo que o envolvimento do Itamaraty na Comigrar exemplifica a democratização da sua relação com a sociedade, embora tais interações precisem ser melhor institucionalizadas, para evitar que sejam episódicas.

O sexto artigo, **As transformações na rede de atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir do Decreto nº 9.759/2019**, de Priscila Rodrigues, Doriana Daroit e Fernanda Cruz, analisa as transformações no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) após o Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu colegiados da administração pública federal. Utilizando pesquisa documental e entrevistas, o estudo revela mudanças na rede de atores do PNAE, a inviabilização de espaços participativos e a restrição das capacidades de ação dos representantes da agricultura familiar.

E, por fim, o último artigo, **A implementação do sistema de participação social no Ministério da Cultura: desafios e oportunidades**, de Osiris Pellanda e Juliana Souza, aborda os desafios e as oportunidades para a implementação do Sistema de Participação Social instituído pelo Decreto nº 11.407/2023 no Ministério da Cultura. O estudo exploratório, com análise documental e entrevista, diagnostica os repertórios de interação entre sociedade e Estado no Ministério, avaliando como o desenho institucional promove governança democrática. O estudo conclui que o Sistema tem potencial para inovar, ao mobilizar a participação social e estruturar capacidades técnicas e administrativas.

Esperamos que esta edição especial estimule uma rica reflexão e diálogos sobre os desafios da reconstrução da participação social no Estado brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento de novas práticas e processos participativos na administração pública brasileira.

Agradecemos a todos os autores e pareceristas que contribuíram com o seu trabalho para que tivéssemos esta edição publicada. Acreditamos que esta edição especial, a primeira da nova equipe editorial da RSP, representa uma contribuição para o redirecionamento da RSP com vistas à promoção dos debates prementes para o enfrentamento dos diversos desafios da sociedade brasileira. Este esforço reforça o papel desempenhado pela revista ao longo das últimas décadas como um espaço privilegiado para a reflexão e o debate, contribuindo para o desenvolvimento de novas práticas e processos na administração pública brasileira.

Desejamos a todos e a todas uma excelente leitura!

**Rafael Viana (Enap)**

Editor-Adjunto da RSP

**Clóvis Henrique Leite de Souza (IFG/SG-PR)**

Editor-temático desta edição especial da RSP

**Rebecca Neaera Abers (Ipol-UnB)**

Editor-temático desta edição especial da RSP